

O texto a seguir foi elaborado por profissionais de comunicação do IBGE, mas pode ser assinado por todo e qualquer servidor que se identificar com o presente conteúdo e quiser manifestar sua solidariedade:

Sobre as exonerações na Comunicação Social do IBGE

Nesta segunda-feira, 17/11 a atual gestão do IBGE exonerou quatro gerentes da área de comunicação social do instituto, cada um deles com mais de uma década de experiência na assessoria de imprensa do IBGE e participação ativa em inúmeras divulgações. Para substituí-los nessas quatro gerências, foram nomeados quatro servidores recém aprovados no último concurso público, que ainda estão em estágio probatório e não têm sequer quatro meses de casa.

A chegada dos novos ibegeanos é o resultado de uma longa luta dos servidores antigos, que passaram anos pressionando a direção e o Ministério do Planejamento por mais concursos públicos, inclusive através de greves. Recebemos com alívio e orgulho os novos concursados e ansiamos por compartilhar com eles o conhecimento acumulado nesta casa. Acreditamos, também, que eles trarão valiosas contribuições ao nosso trabalho. Mas dar gerências a servidores que ainda estão nos meses iniciais da carreira é apenas mais um gesto autoritário da atual direção, pois quem está em estágio probatório é mais vulnerável. Isto, inclusive, é um fator de risco para a idoneidade e a imparcialidade que devem pautar nossas divulgações.

A área de comunicação social do IBGE é estratégica, não somente para a instituição, mas para o país, pois recebe e divulga, mais de 200 vezes por ano, indicadores de dezenas de pesquisas sobre nossa realidade socioeconômica: do desemprego ao PIB, da linha de pobreza ao analfabetismo, da segurança alimentar aos serviços de saneamento básico, além da taxa mensal de inflação, entre outros.

As divulgações de temas tão relevantes tornam-se manchetes dentro e fora do país e subsidiam políticas públicas nas três esferas de governo. Também influem no mercado financeiro e são ponto de partida para debates no Congresso, para pesquisas acadêmicas e, inclusive, para campanhas reivindicatórias dos movimentos populares. Assim, essas informações são um fator importantíssimo para a nossa democracia. Não foi por outra razão que o Supremo Tribunal Federal, ainda em maio de 2021, obrigou o governo Bolsonaro a liberar o orçamento necessário para a realização do último Censo Demográfico.

O respeito que conquistamos junto à sociedade brasileira não é compartilhado pela atual gestão do IBGE, que vem usando o instituto como um aparelho personalista. Isso foi denunciado pelos profissionais de comunicação desta casa, ainda em janeiro de 2025. Hoje, entendemos que as exonerações são uma retaliação àquelas denúncias e uma forma de nos afastar definitivamente da gestão da comunicação social do instituto. Tal medida, além de profundamente desrespeitosa, é insustentável. Uma de suas possíveis consequências seria a desarticulação da comunicação social do IBGE.

Nossos métodos de trabalho seguem as recomendações da ONU, da OIT e de outros organismos de cooperação internacional, ancorados nas experiências dos institutos oficiais de estatísticas de dezenas de países, e estão definidos na Política de Comunicação do IBGE. Nossos procedimentos vêm sendo aperfeiçoados pelo profissionalismo e as contribuições acadêmicas de gerações de servidores. Os resultados desse conhecimento acumulado podem ser constatados todos os dias, quando empresas e cidadãos abrem suas portas para nossos agentes de pesquisas.

Por fim, lembramos que o artigo 116 da lei nº 8.112/90 estabelece que é dever do servidor público denunciar irregularidades, ilegalidades, omissão ou abuso de poder. E nós ainda estamos aqui, cumprindo nosso dever perante a sociedade brasileira.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2025.